

38º Encontro Anual da ANPOCS
GT07 - Conflitos ambientais, Estado e ideologia do desenvolvimento:
mediação e luta por direitos

**A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena
(Pará) face à ordem do progresso industrial**

Rosane de Oliveira Martins Maia
Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Caxambu-MG
27 a 31 de outubro de 2014

A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial

Rosane de Oliveira Martins Maia¹
Rosa Elizabeth Acevedo Marin²

Resumo

Correlato ao processo de instalação da empresa Albrás/Alunorte apontam-se diferentes momentos e formas dos processos de expropriação de “ribeirinhos” em Barcarena e Vila do Conde, Pará. A construção de um “mundo urbano-industrial” retira, destrói as formas econômicas e sociais de vida dos antigos sítiantes. Dezenas de Igarapés foram aterrados para construir as estradas, conjuntos residenciais e prédios do empreendimento da Albrás/Alunorte, da Imerys Rio Capim Caulim, entre outras e de instituições públicas executoras da “política de desenvolvimento”. Neste artigo, procede-se a identificar os conflitos socioambientais e analisam-se as mobilizações das comunidades tradicionais para permanecerem especialmente nas várzeas, examinadas como territorialidades específicas, transformadas profundamente nos últimos quarenta anos quando se configura o espaço relacional constituído pelos empreendimentos de mineração, o Estado e os povos tradicionais. Busca-se analisar neste espaço, as formas de conflito e os processos de resistências das comunidades tradicionais - São João, Cupuaçu, Conceição, São Lourenço e São Sebastião de Burajuba que produzem uma política identitária e demandas territoriais.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais. Territorialidades. Conflito Socioambiental. Indústrias Minerometalúrgicas. Progresso.

Introdução

Nas décadas de setenta e oitenta do século passado, dezenas de famílias foram deslocadas compulsoriamente das terras de várzea de Barcarena e Abaetetuba, no estado do Pará. Várias delas realizam o retorno entre 2007 e 2009 aos seus sítios quando a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR) encerra as atividades e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) assumem a regularização fundiária nesses municípios. Ao longo desse tempo, as unidades familiares elaboraram formas de resistência (cotidiana, coletiva, pública) definindo movimentos nas “horas opacas” para entrar na área de

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do NAEA/UFPA, Belém, Pará.

² Doutora em História e Civilização - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Docente e pesquisadora do NAEA/UFPA.

acesso restrito da ALBRAS-ALUNORTE, da CODEBAR e da CDI para retirar as frutas plantadas nos sítios, extrair lenha e realizar pequenas caçadas. Após os deslocamentos, muitos delas sem indenização, e marcadas pela violência policial dos despejos foram proibidas de circular nos lotes cedidos pela Companhia do Desenvolvimento Industrial do Estado do Pará (CDI), CODEBAR para a ALBRAS-ALUNORTE. A ação recente dos agentes sociais de retornar, reocupar, permanecer revela estratégias de organização política com base em práticas de resistência que alteram a infrapolítica¹, ainda elaboram novos discursos articulados sobre direitos étnicos e territoriais.

O Programa de Integração Nacional incorpora como uma de suas peças o projeto de mineração ALBRAS-ALUNORTE, que insere, obrigatoriamente, no discurso monótono, uniformizador de “progresso e do desenvolvimento”, os processos de lutas, disputas, arranjos e negociações entre os agentes sobre o território e seus recursos. O empreendimento instalou-se no município de Barcarena situado a 40 km de Belém integrado à microrregião do Baixo Tocantins. O advento do “progresso” no município representou a expropriação de comunidades tradicionais, multiplicação de situações de conflitos e “dramas sociais”, assim como sua organização para empreender lutas de reconhecimento e por direitos territoriais.

O governo brasileiro desde os Planos Nacionais de Desenvolvimento dos governos militares até o Plano Plurianual (2004-2007) do governo Lula visualiza a exportação para os superávits da balança comercial, reforçando a importância de projetos como ALBRAS-ALUNORTE, tidos como impulsionadores do desenvolvimento regional (MONTEIRO et al., 2004). O argumento midiático e ideológico reforça a *crença*² na relação modernização e progresso como atributo potencializado pela empresa. Sob esses argumentos, a politização e a evidência de conflitos socioambientais apresentam-se como entraves ao desenvolvimento e não como reflexos estruturais do modelo imposto.

Com base em dispositivos legais - no caso os *decretos de desapropriação*³ - os sítiantes são retirados de seus “sítios”, e deslocados para outros espaços, no lugar se edificaram os prédios das fábricas, o porto e o bairro

industrial. Significa o desencadeamento de processos de apropriação de recursos violentamente praticados por uma via política e jurídica. As comunidades tradicionais de pescadores, extrativistas, agricultores, artesãos de Barcarena são atropeladas pelo “progresso”⁴.

O “progresso” buscou desestruturar as formas de resistência social dos agentes sociais identificados como “ribeirinhos” em diversos documentos oficiais. No estudo da dimensão do conflito ambiental, essas unidades sociais apresentam modos diferenciados de apropriação e uso dos recursos naturais, de significados de território e projetos sociais e culturais. Os conflitos com as empresas instalam-se pela concepção diferenciada do ambiente, os impedimentos e a constatação de ameaças e efeitos indesejados das atividades industriais no solo, na água, no ar e nos sistemas vivos. As comunidades tradicionais têm constatado e feito denúncias recorrentes sobre os vazamentos de soda cáustica, de dejetos da indústria de caulim no rio Murucupi e no igarapé Curuperé, e ainda observam as liberações de gases como prejuízos na saúde humana e ambiental (solos improdutivos, vegetação e frutos atrofiados).

No presente as unidades sociais desenvolvem lutas identitárias e com base em critérios próprios se autodefinem como “quilombolas indígenas”, igualmente, redefinem o sentido de comunidade, enquanto forma política, estruturam as novas organizações e realizam mobilização continuada⁵.

A orientação metodológica deste trabalho visa compreender e dar sentido ao mundo em que vivem os agentes sociais, primeiro, na situação social anterior de perda de territórios, ameaças e violência que lhes foram infringidas e que se corresponde com a ordem industrializante, desenvolvimentista e, segundo, os discursos e as ações políticas que correspondem a sua política identitária e busca de direitos na fase de consolidação dos projetos. O trabalho consistiu em entrevistas e reuniões com os agentes sociais, na ideia de registrar as experiências diferenciadas, revisitadas por meio de trajetórias biográficas, isto é, os registros de deslocamento, dispersão e o significado da reconstrução dos membros das unidades familiares. No exercício biográfico da família Amorim do sítio São João identifica-se a mãe e cinco dos filhos que retornaram para uma

terra com menos de oito hectares, do que antes era o Sítio São João. O conjunto das falas é gravado e transcrito, sendo esse registro empírico privilegiado no corpo deste trabalho, por entender que esse “dar a voz” aos que se identificam como quilombolas indígenas é coerente com suas lutas e política identitária, sendo uma das formas de compreender as transformações sociais, políticas e culturais da sociedade amazônica.

As comunidades quilombolas-indígenas de Barcarena representam unidades de resistência ao modelo de desenvolvimento imposto pela política do Estado. Enquanto agentes sociais em mobilização colocam em xeque as limitações do progresso industrial, impõem o debate sobre a sua pretensa hegemonia. Este artigo foi elaborado a partir das vozes de quilombolas indígenas dos sítios São João, Cupuaçu, Conceição, São Lourenço e São Sebastião de Burajuba. Com base nas suas narrativas recuperam-se os processos de luta coletiva e as reivindicações de direitos territoriais, direitos econômicos e culturais.

Consoante os argumentos trazidos neste artigo, é analisado o espaço relacional⁶ (SILVA, 2010) e os conflitos que envolvem os quilombolas-indígenas. Com base na compreensão do espaço relacional destaca-se o sentido da ação dos agentes e de que forma as transformações sociais e os conflitos por recursos naturais inviabilizam a existência material e cultural. Enquadrados na nova estrutura de dominação exercida pelas empresas, os quilombolas indígenas desenvolvem a “arte de resistência”⁷; emergem dela a identidade coletiva como estratégia para obrigar ao reconhecimento pelos órgãos governamentais.

Os sítios de Barcarena: conflitos sociais provocados pelo “progresso”

A noção de *sítio*⁸ evoca uma construção de territorialidade, de organização social e de práticas culturais das unidades familiares, com base no uso comum dos recursos naturais, nas regras de usufruto e nas condições de acesso. A figura da posse e da propriedade é menos relevante que o direito de usufruto. A base dominial da terra estava reconhecida pelos costumes, na tradição e solidariedade e na constituição da herança. Os trabalhos realizados

dependiam da cooperação com participação da “parentela⁹” dele resultava uma vida no sítio com fartura. O sítio constituía-se como lócus de residência, trabalho, vida social e cultura com representatividade da figura do pajé, da professora, os artesãos e os comerciantes. Diversos relatos sobre esse passado próximo expõem o contraste de suas vidas nos bairros operários em volta das indústrias e dos portos de Barcarena e especialmente de Belém, imagem que corresponde a situações de fome e de privações.

No período de 1979 a 1984, a CDI realizou 404 ações de expropriação em uma área de 40.000 hectares; por seu lado, a CODEBAR efetuou 155 desapropriações em uma área de 60.104 hectares. Os procedimentos da expropriação da CDI e da CODEBAR retiraram centenas de moradores dos sítios. Alguns receberam indenizações mínimas pela subvalorização das propriedades e benfeitorias; muitos não tiveram indicação de reassentamento. Ao certo, não se conhece o total de grupos familiares, indivíduos desapropriados. Do trabalho de campo se deduz que as expropriações tiveram maior abrangência, pois não se tratava de unidades familiares nucleares (integrada por pai, mãe e filhos). Tal informação não corresponde à sociologia dos sítios compostos também pelos filhos adultos que já haviam constituído uniões permanentes recentes e viviam sob o mesmo teto, entretanto, este elemento foi ignorado para fins de realocação ou reassentamento, como é constatado na política da CODEBAR.

O projeto de desenvolvimento implantado pela CODEBAR em Barcarena e Vila do Conde inseriu as terras tradicionalmente ocupadas em aberta e desigual disputa por recursos naturais entre as empresas do complexo de mineração ALBRAS/ALUNORTE e os moradores dos sítios, que conviveram no *espaço apressado pelo progresso* (ACEVEDO MARIN, 2013). Esses grupos sociais foram expulsos de suas terras, entraram com poucas vantagens na contestação dos seus direitos face às empresas e ao próprio Estado, articulador dos planos e programas de desenvolvimento para Amazônia. A noção de Almeida (1996) de “refugiados do desenvolvimento” revela as experiências sociais dos deslocados compulsoriamente de suas terras, que se viram

obrigados a empreender sucessivos deslocamentos, muitos deles foram morar em Belém, em Barcarena, sede do município, e outras localidades.

Robert Nisbet (1985) sustenta no livro a "História da ideia de progresso" que há uma fé ocidental na ideia de progresso, com base na crença que a humanidade avançou do passado, do primitivismo e da barbárie, e continua avançando para um futuro inevitável. A partir dela se sedimenta a percepção de continuidade gradativa e acumulativa de conhecimento, que leva esta civilização a progredir, a melhorar e se tornar perfeita, isto é a perfeição moral e espiritual do homem na terra, sua felicidade, sua independência nos tormentos da natureza e sociedade, sobretudo sua serenidade e tranquilidade. Tal ideia é um tipo de dogma.

A proposição de "desenvolvimento e integração" da Amazônia à economia nacional/internacional estava em foco desde 1960, essa combinação representava o "progresso" e a grande expectativa via o desbravar da floresta como via civilizatória. Durante a inauguração da Albrás, o presidente José Sarney expressou essa expectativa no seu discurso:

O que estamos comemorando hoje não é apenas a inauguração de uma fábrica, mas a conquista de um grupo de homens, que lutando contra todos os contratemplos, conseguiu erguer um monumento ao trabalho, ao desenvolvimento e ao bem-estar, porque a ALBRAS não é apenas uma fábrica de alumínio. Ela é um sonho, o sonho de entrar pela floresta adentro, descobrir suas riquezas e transformar seus recursos naturais tão abundantes em progresso para o povo brasileiro (ALBRAS, 2008, p. 196).

Quem poderia ser contra tal proposta de progresso? A fundamentação ideológica que está por trás das palavras, depende daqueles que as enunciam, aqueles que as pronunciam e para quem estão dirigidas. O progresso é um mito de convencimento segundo o qual a história tem um destino certo e glorioso (DUPAS, 2006), mas esconde as suas consequências desastrosas e excludentes. Assim, significa descartar outras possibilidades e alternativas de sociedade e amarrar o curso da história dos povos às tendências da globalização. Desenvolvimento e progresso - duas metáforas - são enganadoras, e ainda que chamem nossa atenção para algumas propriedades

importantes da existência social, podem bloquear nossa percepção de outras (TURNER, 2008).

Este progresso foi imposto aos moradores de Barcarena por meio de desapropriações e deslocamentos. A CDI¹⁰ foi responsável pelas primeiras desapropriações, com base nas tabelas de indenização do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). As famílias indenizadas moravam na área destinada aos projetos da Albrás, da Alunorte, do Porto, da Reserva Ecológica, da Eletronorte e de uma pequena parte do núcleo urbano (MOURA; MAIA, 1990). A CODEBAR¹¹ era uma empresa pública dependente inicialmente do Ministério do Interior, e concentrava suas atividades na implantação do plano urbanístico de Barcarena, com prioridade para execução e administração de obras e serviços da Vila dos Cabanos. Na sua atuação priorizou a desapropriação dos sítios às margens do rio Murucupi, área destinada ao núcleo urbano.

As comunidades quilombolas indígenas de Barcarena possuem a percepção do sentido metafórico e enganoso do progresso. Nas suas vozes está claramente a percepção do caráter excludente e aniquilador do modelo. Mas reconhecem que são comunidades diferenciadas e sujeitos de direitos. Odil Pantoja¹², de São Sebastião do Burajuba, afirma.

Então tudo era feito através de rios, nós daqui, o pessoal do Tauá, São Francisco tudo se encontrava de barco para levar para Belém na produção agrícola [...] O Ministério Público Federal fiscaliza as famílias, de que maneira vão sobreviver próximo de indústrias, se vão seguir essa vida de agricultor, porque quando as indústrias chegaram aqui, vieram com uma proposta muito bonita, que era qualificar os agricultores para conseguir emprego, quem dera que fosse, isso não existia, foi pelo contrario eles vieram aqui, foi pra expulsar os verdadeiros donos da terra que nos éramos, sofremos com essa luta aqui e olha até hoje nosso maior sonho é conseguir o título da nossa terra [...] Então por esse motivo que nossas grande lutas que nós passamos, foi mais por conta das implantações das indústrias aqui que pra nós desenvolvimento não houve, o que houve foi para as pessoas de fora

Em vários momentos, a sra. Maria dos Santos Amorim¹³, do sítio São João, menciona que as empresas, sinônimo do advento do “progresso”, representaram o fim da paz da família; seu sentimento de perda é incalculável:

Muito antes de acontecer de essas empresas virem, nossa vida aqui era muito maravilhosa porque não tinha nada que nos perturbasse, a gente tinha tudo com fartura aqui sobre o negócio de plantações.

Naquele momento a violência instrumentada se faz presente por meio da *desapropriação*, necessária para o que se pretendia estabelecer. A situação de conflito foi inaugurada pelo Estado com essas ações. Naquele momento quem vivia nas várzeas era considerado posseiro, pois as terras que ocupavam pertenciam à União, com legitimidade para dispor de acordo com seus interesses.

No discurso do progresso, associado ao desenvolvimento industrial, fazia também parte deste arcabouço à legitimidade do seu poder. Talvez Arendt (1985, p. 32) contribui para entender o porquê quando escreve: “O poder não precisa de justificativas, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; mas precisa isto sim, de legitimidade”. Ainda, é legítimo por seu reconhecimento do povo, e o poder do Estado é precisa dessa legitimidade.

Os processos violentos de expropriação e deslocamentos ocorreram em vários tempos, pareciam ondas que chegavam a cada sítio, com maior ou menor intensidade e muito frequentemente com uso de força policial e militar. As narrativas ouvidas dos quilombolas indígenas de Barcarena são eloquentes neste sentido. Judith Souza Lemos¹⁴, professora da Escola de São Sebastião de Burajuba, descreve este momento:

A gente trabalhava aqui; eu na época era professora e eles vieram né, em 86. Eles vinham assim, de noite nas casas obrigar os mais velhos assinarem um documento, passarem o dedo para aqueles que não sabiam ler e diziam que aquele cheque era para eles ficarem ricos, que eles não iam precisar de nada só que no outro dia a prefeitura estava na porta, derrubando as casas. Aqui na escola não foi diferente, eles só vieram um dia e disseram olha tratem de sair dessa escola que amanhã mesmo a gente vai derrubar isso aqui todinho, a gente veio por bem vocês não querem sair então vocês vão sair, por mal imediatamente eles entraram aqui na escola nos estávamos dando aula e eles entraram com o trator derrubando tudo.

Os moradores do sítio São João sofreram esta violenta ruptura no seu modo de vida e existência, embora estivessem contagiados pela inevitável onda do progresso e acreditassem que poderia trazer benefícios aos seus filhos. O Senhor José Assunção Amorim recebeu os técnicos da CODEBAR e da CDI,

colocou-se à disposição aos trabalhos de reconhecimento da área que deveria ser disponibilizada ao complexo do Alumínio. Nas entrevistas com os seus filhos eles reinterpretaram essa “relação de amizade com os técnicos do desenvolvimento”, pois com o tempo ficou decepcionado, devido à injusta indenização e o processo violento que viveu, presenciou de sitiantes que pertenciam ao seu mundo social.

A família Assunção Amorim foi procurada pela CODEBAR para o processo de indenização em 1981. Mas persistiram no sítio por algum tempo mesmo sendo ameaçados pelos “tratores¹⁵” e pelas pressões que sofriam em decorrência do aumento populacional provocado pela instalação do complexo de alumínio e estimulado pelo Estado. Havia necessidade de loteamentos destinados aos trabalhadores migrantes para Barcarena e ela seria deslocada.

A *crença* no desenvolvimento impunha uma concepção alienante do progresso que combatia pobreza e disponibilizava a riqueza a todos, em um grande sonho de possibilidade de igualdade e bem-estar. Bourdieu (1996) aborda a imposição do poder simbólico dos agentes dominantes, suas concepções e interesses tornam-se universais por meio da ideologia, imposta por meio de ações violentas. Arendt (1985) contribuiu para compreender este conflito, que neste momento é simbólico/ideológico/jurídico. Ele não fere com o sangue exposto do efeito de uma arma, mas fere a “alma”, que é o *sentido* de pertencimento, de identidade coletiva, que é violentamente descartada e considerada irrelevante.

A senhora Maria dos Santos Amorim¹⁶ expõe como ocorreu para decidir pela saída do sítio São João:

E aí quando houve essa arrumação dessa firma aí, o próximo que aconteceu um acidente com ele, e enchendo carvão caiu um pau na costa dele e desse baque ele não passou dois meses com vida, e eu fiquei com cinco crianças bem dizer pequenas pra criar e o que era que eu podia fazer me manter com que a gente tinha né, da roça, fazer farinha pra vender, mas só que havia muita violência com esse negócio de peão que vinha dos outros lugares né e esse caminho aqui era o caminho que ia pra Itupanema, Conde quando era fim de semana assim eles se enchiam pra ir pra lá, quando eles vinham, de novo era tudo porre, e inclusive até chegaram a se matar, matar pessoas aí, e eu tinha medo que era só eu com meus filhos. Eu tinha medo que a minha casa era perto da beira do caminho, eles entrasse lá me agarrassem entrasse, me matasse e matasse meus filhos. Aí como a gente já tinha uma casinha lá em Barcarena eu achei melhor ir pra lá com meus filhos, mas sempre vinha, meu trabalho era aqui.

A instalação desta política de desenvolvimento e a do complexo ALBRÁS/ALUNORTE é um conflito inevitável. Simmel (1983) defende o *caráter sociologicamente positivo do conflito*, e afirma que o conflito tem força integradora do grupo. Certa quantidade de discordâncias internas e as controvérsias externas mantêm o grupo ligado. O papel positivo e integrador do antagonismo aparece nas estruturas que se distinguem pela nitidez e pela pureza cuidadosamente preservada de suas divisões e gradações sociais. A hostilidade preserva os limites, e garante a sobrevivência do grupo.

Neste sentido, o conflito social presente em Barcarena, tendo como foco principal de análise a territorialidade das unidades sociais locais, não deixa a sociedade indiferente as suas causas, existência e ampliação em outros planos, como o ambiental. O conflito não possibilita o descarte e a irrelevância das diversidades de práticas sociais, materiais e culturais em seu meio ambiente, apesar da constante tentativa de seu aniquilamento. Desta forma, o processo de “resistente existência” se dá por meio de suas lutas pelo território e condições de reprodução social. Coser (1961) defende que o conflito serve para estabelecer e conservar a identidade e as linhas de fronteira com relação ao mundo social. A função do conflito é manter e estabelecer a identidade do grupo, que se estende a análise da questão da consciência e da identidade de classe.

Por parte das instituições do Estado em combinação com as empresas houve definição de estratégias para evitar o conflito declarado, o que se tentava manter era uma “harmonia coerciva” (NADER, 2013) como mecanismo de acomodação interna à conquista e à dominação, por meio de ações do Estado e a condução de processos jurídicos. Com base nos instrumentos jurídicos, os agentes sociais foram “harmonicamente” indenizados e deslocados para “lotes de terras titulados”¹⁷, no bairro de Laranjal e no Bairro Novo na sede municipal de Barcarena.

Os antigos sítios possuíam dimensões diferenciadas, alguns tinham 500 hectares, a maioria tinha tamanho menor. Como os indenizados e os realocados tiveram que viver em lotes de 10m por 30m, houve uma inquestionável ruptura nos modos de reprodução social e na identidade cultural.

Maria do Socorro Pinheiro¹⁸, do sítio Cupuaçu, narra detalhadamente à violência e o conteúdo material e simbólico da desapropriação dos bens reunidos pela família:

Então quando eles vieram, vieram tirando tudo da gente. Aí deram um terreninho, para cada pai de família, esquecendo os filhos, e fizeram uma casinha, o que eles deram não deu pra fazer uma casa. Como o do meu pai não deu, o meu pai tinha barquinho, ele fazia frete de frutas, verduras, e carvão. Todos aqui quase conhecem a história do meu pai. Foi comprando o material para fazer nossa casa, e depois os filhos foram casando e não tinha onde morar. Tinha um irmão que deram um terreno, a CODEBAR. A gente vinha do Laranjal pra CODEBAR que era pra cá pra traz do Terminal, e a gente vinha a pé, porque ninguém sabia andar de bicicleta, pra conseguir um terreninho de cinco de frente, pra fazer uma casa. Aí quer dizer que toda a geração foi ficando sem onde morar, vivendo de aluguelzinho de quartinho, pagando um absurdo, sem ter onde morar, sem ter onde cultivar, sem ter do que viver e sem profissão, porque as empresas não tiveram um cuidado, um carinho de dar um curso profissionalizante para os nossos filhos, para os nossos netos, porque tem gente aqui com netos jovens, e tá todo mundo sem moradia.

A violência praticada sobre as comunidades tradicionais de Barcarena é reconhecida tangencialmente pelos agentes do progresso, como se depreende do depoimento de um técnico da CDI:

[...] na realidade as pessoas perderam todos os fatores de produção que antigamente eram proprietários dos seus fatores de produção e elas perderam isso aí. Só 82 famílias praticamente conseguiram continuar vivendo na terra, mas em outra situação que estavam acostumados. [...]. E as outras pessoas foram obrigadas a ter uma vida urbana o invés de ter uma vida rural como elas tinham”.¹⁹

A estimativa da CODEBAR sobre crescimento da cidade estava em cerca de 60 mil pessoas, constituindo o mercado de mão-de-obra para o complexo ALBRAS-ALUNORTE. A CODEBAR encarregou-se de “acolher” esses migrantes, potencialmente trabalhadores, ou seja aqueles que tinham um ano de carteira assinada, podiam receber lotes de terras nos bairros operários. Os processos migratórios aumentaram com as novas empresas autorizadas para se instalar - Pará Pigmentos S.A. (PPSA), Imerys Rio Capim Caulim S.A. (IRCC) e o grupo ALUBAR, além de dezenas de empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de insumos. Aos bairros operários planejados somaram-se as denominadas “invasões” e uma forte especulação imobiliária que pressionou os loteamentos reservados pela CODEBAR. Essa pressão repercutia nas terras que correspondiam aos antigos sítios.

Aos conflitos sociais provocados pela retirada dos sítios e os deslocamentos compulsórios de centenas de famílias acrescentaram-se novas agressões, na medida em que a economia industrial visibilizava a poluição de recursos hídricos, solos e ar.

Apesar da notoriedade da poluição industrial, as observações sobre esses efeitos são fragmentadas e existe uma disposição para negar os fatos, inclusive, em posicionamentos do Tribunal de Justiça do Estado. A possibilidade de etnografar e compreender o “processo de ambientalização dos conflitos sociais” nos municípios de Barcarena e Abaetetuba constitui a “questão ambiental” como uma questão coletiva e pública que segundo Leite Lopes²⁰ emerge “como fonte de legitimação e argumentação nos conflitos sociais”. A poluição industrial dos rios e do solo pelos resíduos dos projetos minero-metalúrgicos instalados em Barcarena são revelados e deparados como antinomia do progresso (ACEVEDO MARIN, 2013). As pesquisas comprovam crimes ambientais praticados pelas empresas, atingindo diretamente os agentes sociais que praticam atividades produtivas diferenciadas. Em 2007 houve o transbordamento de rejeitos de caulim da empresa Imerys atingindo a bacia do rio Capim, obrigando a Defesa Civil a retirar cerca de 500 famílias²¹. Em 2009 houve um vazamento de rejeitos da Alunorte no rio Murucupi, que resultou em alterações no PH das águas, com morte da fauna e flora. O IBAMA multou em R\$ 27 milhões as empresas ALUNORTE e a Pará Pigmentos S.A., apontadas nessa irregularidade²². Outros problemas continuam arrastando-se, como as emissões da Albrás-Alunorte e as chuvas ácidas.

Resistências dos quilombolas indígenas no rio Murucupi

Os quilombolas indígenas dos sítios São João, Conceição, Cupuaçu e São Lourenço retornaram às terras às margens do rio Murucupi e narram as formas de destruição do rio e a devastação da floresta. O histórico de sucessivas degradações do rio Murucupi é efeito da ampliação das indústrias. Esse rio faz parte de sua história, nele fazem a leitura de uma paisagem de luta e resistência. A senhora Maria do Socorro Pinheiro²³, do sítio Cupuaçu, descreve este entrelaçamento da história do rio, com a infância, pois esse curso

d'água está no processo de socialização (trabalho, brincadeiras, simbologia), portanto da história de vidas.

P- Você sente mais saudade do quê?

Maria do Socorro Pinheiro - Do rio, era muito divertido, tomava muito banho, agora só no chuveiro, toma banho, mas, não é legal. O bom é ficar pulando, os meninos diz assim, tô com vontade de tomar um banho e afundar a cabeça, dentro do rio, aquela água fria é muito bom, tanto que eu tenho muita saudade hoje e é do rio, muita saudade do rio Murucupi, lá onde eu morava, onde tem a história da gente.

O rio Murucupi revela outras formas e paisagens de resistência. Os antigos moradores mantiveram suas casas e sobrevivem, se alimentam dos peixes encontrados na água contaminada do rio. José Roberto Cravo²⁴, do sítio Conceição, observava sobre aqueles pescadores que encontramos em uma “excursão” das pesquisadoras e dos agentes sociais pelo rio Murucupi dizendo:

Ele não desistiu do rio, ele fica pescando, o rio não presta mais. Mas, não tem jeito, vai fazer o quê, viu o filho dele no rio aí, um filho dele morreu aqui no rio, pegou uma doença dessa água, deu de repente, na cabeça dele que deu uma dor muito forte. O André, que ficou cego dessa água, pra eles não entra na cabeça dele que o rio tá poluído, o Seu Jango, por mais que esteja poluído, eles não conseguem entender.

A poluição representa um efeito lento e mortífero no rio, desaguadouro das fossas da cidade. Mas a presença ainda de pescadores demonstra a resistente reprodução de suas práticas mesmo diante de adversidades.

Os discursos para descrever o rio Murucupi indicam a posição do enunciador e o projeto político econômico que representa. Em recente publicação lê-se “O rio Murucupi estende-se desde a área correspondente ao **distrito industrial** Albrás/Alunorte, passando pela **área da Vila dos Cabanos, bairro do Laranjal, São Lourenço, Boa Vista** desembocando até o furo do Arrozal” (SILVA; BORDALO, 2008, p. 5). Nesta descrição a associação é feita primeiro a partir dos limites do distrito industrial Albrás/Alunorte e o segundo, o percurso de aglomerados. A Vila dos Cabanos, definida como *company town* aberta, o bairro Laranjal criado pela CODEBAR para a realocação dos moradores de sítios, inclusive uma parte do bairro foi construído no “terreno São Lourenço” (ver croqui) ainda os autores indicam Boa Vista, e finalmente é retomado o curso do rio que desemboca no furo do Arrozal.

Contrárias a este enunciado, as narrativas dos agentes sociais inserem as dimensões sociais e históricas do rio Murucupi e insistem em situar suas experiências de vida. Eles representam um mundo social totalmente ignorado pela burocracia do Estado, a tecnocracia empresarial e, de conformidade com os interesses desses segmentos os quilombolas indígenas são forçados a compor um passado desconhecido pela sociedade local. Os migrantes, os educadores no local, os pesquisadores das ciências biológicas, geofísicas são conduzidos a refletir a destruição e os efeitos sobre a sociedade e ambiente local da instalação de projetos industriais, com pouca atenção aos antigos sitiantes.

Os quilombolas indígenas de São Lourenço narraram a invasão da CODEBAR, quando da instalação do Bairro Laranjal. Eles organizaram formas de resistência à derrubada de suas matas e abertura de ruas pelo “terreno São Lourenço”, denominação que vem do tempo colonial e foi retratada em um croqui de 1948. A senhora Adelaide dos Santos Santana²⁵ expõe as ações de resistência:

Eles chegaram aqui e era tudo roça, essa cidade aqui era tudo desse terreno aqui do São Lourenço, só era mato e roça. Eles foram entrando e foram metendo trator, derrubando roça, tirando o forno dele ai tudinho, e nunca indenizaram. O que eles fizeram com nós “olha vocês não podem mudar a casa de vocês de um lado pra outro, vocês não tem direito de tirar uma vara aqui no mato”, proibiram nós de tirar vara, de mudar casa. Então pra onde eles queriam colocar nós? Lá pra CDI, pra aí não sei onde. Ai nós metemos o pé e não saía, não saía! A mãe desse aqui, o trator vinha passar por cima da casa dela, ela puxou foi a espingarda do marido dela e a vassoura, ela disse que se o carro passasse lá ela ia mandar meter o terçado no carro. Tá bem aí a rua, aonde ela parou atrás, até hoje eles não vieram acabar a rua, porque nós não deixamos. Essa aqui já vara, porque nós liberamos pra abrir esse ramal. E por eles nós não tava aqui, já tínhamos deixado nossa terra, como a gente do Boa Vista. Ali onde é a Vila dos Cabanos tudo era morador e herdeiro, e jogaram tudinho pra dentro do Laranjal, e não deram um tostão pro pessoal.

No “terreno São Lourenço” os sitiantes formaram um espécie de barricada, para impedir que o plano de urbanização os destruísse, desta forma, conseguiram permanecer, mas com uma perda das terras.

Nas terras do sítio São João e de Burajuba observa-se o empreensamento pelas novas “invasões” - Bom Futuro, Jardim I, Jardim II, Água de Barcarena, Yamada, Vila dos Cabanos e Murucupi. Ainda foram cedidas

parte das terras para construção de prédios públicos e citam-se entre eles o do Corpo de Bombeiros em um terreno de 900 x 600 metros. A especulação urbana operou rapidamente, inclusive mudando as destinações feitas no plano de urbanização pelo governo do Estado. A margem do rio Murucupi foi instalada uma unidade do Exército que resultou outro recorte no sítio Conceição. As terras foram atribuídas para finalidades do projeto urbano de Barcarena e da Alunorte/Albrás.



Mapa 1 – Localização do Distrito Industrial, Vila dos Cabanos e Sede Municipal de Barcarena (PA)

O croqui de 1948, apresentado do lado do mapa de localização do Distrito Industrial, Vila dos Cabanos e Sede Municipal permite compreender a intervenção realizada nos sítios do rio Murucupi e do igarapé Burajuba.

O projeto da ALBRAS-ALUNORTE enquanto motor destas transformações socioespaciais e econômicas instalou-se dentro do antigo sítio de Burajuba que constituía o espaço institucional do rio Murucupi, igarapé Burajuba, igarapé Cupuaçu e praticamente o loteamento da CODEBAR favoreceu a empresa, que em nova fase de atuação provocou novos processos de expropriação das famílias de Burajuba.

A pesca que completava o sustento da família era praticada às margens do rio Murucupi. A caça era realizada por grupos de homens dos sítios vizinhos e as espécies capturadas eram tatu, cutia, veado, caititu e porco do mato.

Esse rio aqui nós usava pra pescar, pra nos manter, nós mesmo, nossa família, meu pai ele fazia, quando ele descia no igarapé, na noite de lua nova, tava bem claro, aí ele saía pra pescar com terçado, ele saía pra fachear peixe, aí ele vinha, bem calmo, cortava os peixes aí trazia pra mamãe fazer comida pra nós, se alimentar. E a gente pescava também com caniço, ainda hoje se pesca com caniço do outro lado do rio. E a caça também, praticamente toda nossa infância papai criou nós com caça, era paca, tatu, cutia, veado, caititu, tudo tinha aqui

nessa área mesmo perto da nossa roça tinha, eles faziam assim a caçada, juntavam... vinha quatro... cinco, mais o dali do outro sítio pro mato pra caçar. Quando tava na roça, o quati tava comendo na roça, tinha aquele bando, aí eles saiam e se dividiam ficavam tudo esperando, quando atirava um ai todos também ativaram, matavam de cinco a seis porco do mato, veado... tudo eles traziam, o cachorro pegava. Hoje não da pra fazer mais isso, capivara ainda tem aí, cutia também tem, mas tá escasso, a gente não pode nem matar mais.

Os sitiantes de Barcarena mantinham relações comerciais frequentes com Belém; a farinha, as frutas, o carvão eram vendidos no Ver o Peso ou no Porto do Sal, em Belém, muitas vezes a venda era intermediada pelos marreteiros ou os donos de embarcações dos sítios que atravessavam a baía em canoas a remo e vela, em uma viagem que durava de 6 a 12 horas.

P - Vocês vendiam onde?

Tinha o que a gente chamava de o marreteiro né, que vinha na casa comprar, quando não, quando tinha a viagem praí pra Belém ele alugava um barco, batelão que chamava aqueles que não gosta de ginga assim né, e levava às vezes 60, 70 sacas de carvão pra Belém aí levava as frutas: pupunha, cupuaçu, uxi, taperebá, umarí, macaxeira que eu tirava pra plantar, galinha que eu criava muitas né, batata enfim, todos esses legumes que a gente plantava. (45h00min minutos) Ele vinha pelo rio, o barco vinha pegar a carga aqui no porto bem aqui, o porto do mari, o igarapé era fundo né.

P - O porto ficava sobre o Murucupí?

Era, esse aqui, bem aí, porque era um local apropriado pra isso.

P - Ali que vocês vendiam pro marreteiro, faziam os negócios de venda.

E o barco ainda ia até mais encima porque tinha outro porto, desse Chico Costa porque o barco dele também ia pegar mercadoria lá, negócio de fruta também que era o sítio dele pra lá era muito grande e outros trabalhos que eles faziam né, e levavam o basco deles pra lá, porque tinha né, num negócio desses.

Os sitiantes tradicionais de Barcarena dinamizavam suas formas de existência, modos de vida e costumes diferenciados, satisfazendo as necessidades materiais e sociais. O discurso oculto e o discurso público têm em comum a insatisfação, pois eles não queriam sair do rio Murucupí; foram contra a mudança para o bairro Laranjal²⁶ e a segunda opção, a colônia Bacuri. O desejo acalentado era o de retorno ao sítio.

Os burocratas urbanos a serviço da CODEBAR forçaram e condenaram os sítios. As alternativas apresentadas não melhoraram a existência das pessoas, pelo contrário se instalou uma trágica visão de desalento. Magalhães (2007) expõe que o deslocamento compulsório por políticas de desenvolvimento

sempre se constitui em processos sociais de *lamento e dor*, e portanto nunca aceitável. No tempo imediato, os deslocados buscaram saídas em práticas locais, muitas vezes silenciosas e que se revelam ativas e ofensivas até decidirem o retorno.

Maria do Socorro Pinheiro²⁷ descreve como e porque ela e seu marido optaram pelo retorno a São Sebastião de Burajuba.

Ai foi quando eu conheci o Silvio lá do Burajuba, na época eles tavam espalhados pra Barcarena, ai que eu me juntei com ele (Silvio Amorim), ai fomos morar numa casinha lá em Barcarena, num pedacinho também. Passamos muita necessidade, porque lá não tinha nada mesmo, só uma casinha, desempregado, ai que eu voltei pro Itupanema morar junto com meu irmão Lauri, eu já com a família, ficamos vivendo de favor juntos ainda, ai ficamos morando junto com eles, ate ele arrumar uma casinha pra gente lá, ai de lá fomos pegar um terreno de invasão lá na Vila União, ficamos né nesse terreno, muita luta também com a justiça, e de lá, os Amorim resolveram voltar pra terra deles lá no Burajuba, entraram pelo Ministério Público requerendo, ai é que hoje a gente tá um pouco estabilizado porque voltamos pra terra, já entrei por lá com ele porque casei com ele. Ai a vida equilibrou, agora meus filhos tem onde morar, quando a gente tava morando em Itupanema minha filha casou. Ai ele foi processado por um terreno na invasão de 10 por 20, teve que desmanchar um pedacinho da casa que já tava aprontando. A minha filha mais velha tá morando lá no Burajuba, ai hoje meus filhos tem onde morar, todos receberam a casinha deles, é uma coisa que eu deito tranquila porque, tem terra pra morar e colocar nossos filhos e eles os filhos deles. Conservar pra mais tarde não passar pelo que o pai passou. Então a nossa vida melhorou agora com a volta.

O retorno ao sítio é narrado pelos quilombolas indígenas como o recomeço de suas vidas, é voltar às raízes, à época de seus pais e avós e, fundamentalmente, garantir o futuro para os filhos e netos. A senhora Vera Lúcia da Silva Cravo²⁸, afirma que no leito de morte a sua mãe, a senhora Areolina Celestino da Silva, lhe fez prometer que retornaria para o sítio Conceição.

Era o sonho da minha mãe, quando ela viu essa área desculpada, era o sonho dela voltar pra cá, ela pedia pra um e pra outro, ajudar, como faria pra voltar pra essas terras. [...] ela nunca perdeu a esperança, nunca perdeu, quando ela via esse pedaço aqui, ela passava e brigava com esse pessoal que já tinha casa aqui, ela discutia com esse pessoal que tinham comprado da CODEBAR. [...] a bicicleta bateu ela e passou praticamente oito dia e ela faleceu, na hora dela praticamente as ultimas palavras lá no pronto socorro em Belém ela disse minha filha, volta pras terras, luta, com o teu irmão pra tu conseguir aquelas terras de volta que só assim você vai sair da miséria, aí ela foi fechando o olho, chamamos o médico, ela foi pra UTI e no outro dia ela amanheceu morta.

Na memória destes deslocados, a sua vida está presa no sítio, o seu umbigo está nas terras de seus avós, nas roças, nos rios e nos igarapés. Por

isso voltaram, retomaram as terras que ainda estavam desocupadas. A reflexão sobre formas cotidianas de resistência individual e coletiva estudadas por James Scott (1976; 1990) sugere possibilidades de compreender essas práticas locais, os discursos ocultos que construíram ao longo prazo a resistência contínua de pequena escala organizada e incentivada pela cultura dos agentes sociais.

As resistências ao processo de usurpação de território e identidade foram presentes, algumas comunidades tradicionais permaneceram em suas terras, mesmo sendo constantemente expulsas, continuavam realizando seus roçados, fazendo sua farinha e “batendo” o seu açai (proveniente de seu território) por muitas vezes às escondidas. Mesmo aqueles que haviam se deslocado para outros bairros, usavam os seus territórios tradicionais para seu sustento. Como assim afirma uma moradora da comunidade de Burajuba, que foi desapropriada na década de 1980.

fato que todo mundo se espalhou todos sem rumo e eles se apossaram, pra nada deixaram no mato não fizeram nada aqui, por conta disso a gente nunca abandonou o nosso sitio vem de lá pra a limpar muita gente abandonou isso aqui ate que um dia o ministério publico veio, por aqui o penúltimo, presidente da CODEBAR era um dos professor do Paulo Freire cada vez que ele vinha, pra a trazia documento aí não podíamos criar galinha porque o galo cantava ai eles vinham atrás não, podia fazer nada que embarulha se porque eles vinham atrás, minha irmã morava bem ai onde é o escritório da CODEBAR tocaram fogo na casa dela quando chegou não tinha. Mas, então, são coisas que aconteceram aqui muito triste.

Em sua obra *Los dominados y el arte de la resistencia*, James C. Scott (2004) afirma que os dominados exercem uma dissidência marginal ao discurso oficial da relação de poder. Eles elaboram uma resistência silenciosa, os discursos ocultos, como manifestação de sua insubordinação à dominação. No momento de serem expropriados e deslocados havia dificuldades de materializar, pois ficaram e foram divididos e dispersados.

Os gestores do desenvolvimento esperavam a proletarização dos moradores dos sítios. De fato, a forçosa proletarização é presente nas comunidades tradicionais de Barcarena, alguns homens adultos e jovens são “peões trecheiros” e vivem exercendo trabalhos temporários por “todo canto, onde tiver trabalho²⁹”, mas sentem que a felicidade está na terra de seus pais e avós. José Augusto Amorim³⁰, do sítio de São João, descreve essa experiência.

Hoje eu tô com 38 anos e nos anos 80 a CODEBAR, os projetos foram instalados aqui na área, hoje aqui, essa parte é chamada vila dos cabanos. Em 85 a CODEBAR chegou retirando, de 80 a 85 começou a retirar as pessoas dá área, expulsar basicamente a gente daqui da área, eu fui pra Barcarena e como pesquisa deu que por direito nosso da terra, eles expulsaram a gente da área e não usaram a terra, o que foi que aconteceu nós retornamos pra área, retornamos pras terras, onde tá vivendo hoje eu e minha família, minha mãe meus irmãos, porque eu tive que buscar recursos pra mim sobreviver, procurar uma profissão porque a terra que eu vivo hoje eu não posso plantar, mandioca, macaxeira, pupunha. [...] hoje não presta que tá poluído, a gente mora perto do rejeito, da bacia de rejeito da Alunorte. A terra que nós fazia a roça, minha mãe, hoje é tudo da Alunorte, então fomos expulsos dali e hoje estamos basicamente num ovo ali. [...] sobrevivo trabalhando no trecho, em ser um agricultor hoje, eu sou um 'trecheiro' eu trabalho numa estado aqui outra ali e volto pra minha família, pra dar o sustento da minha família, porque o sítio que eu moro hoje o que eu posso criar lá é galinha e algumas frutas que eu plantei hoje através de adubo que elas tão produzindo, porque a terra tá basicamente poluída.

A *parentela* do rio Murucupi volta para o sítio, anunciando a retomada de suas tradicionais práticas sociais, econômicas e culturais. Questionam o modelo de desenvolvimento quando em suas vozes afirmam que este progresso lhes tirou a terra e o rio. A cultura sitiante, de quilombola-indígena representa a força que os impulsiona contra o discurso hegemônico e representa hoje os principais adversários aos interesses especuladores da elite econômica e política que se instalou no município. Por meio de suas *resistências cotidianas*, na abordagem de James Scott (2011, 1986) elaboram estratégias diante da dominação e as formas de avanço da resistência incorpora o fator étnico. A cultura é vista como uma dimensão subversiva em um sistema de dominação, esta ideia vem em encontro às sugestões de Frederick Barth (2000, p. 110) sobre a necessidade de não submeter à padronização, harmonia, adequação e unidade, mas buscar, identificar o que é considerado "o inadequado" ao sistema. Não se trata de conceber a cultura como "corpus unificado de símbolos e significados interpretados de maneira definitiva". Segundo ele pesquisador precisa ousar mesmo correndo o risco de sermos ingênuos.

Os quilombolas indígenas de Barcarena mantêm por meio de sua cultura a manutenção de suas territorialidades específicas, mesmo presente em um espaço *apressado*³¹ pelo meio urbano e projetado desde década de 1980 para suprir as necessidades do complexo de alumínio ALBRÁS-ALUNORTE. Eles

tendem a reagir a uma padronização e unidade da cultura imposta por um sistema hegemônico fazendo releituras de seus processos culturais e políticos de dominação, assim estão em condição de uma subversão cultural. Não representa a ruptura e o isolamento, mas as suas reconfigurações na sua interioridade, apropriando-se de processos sociais do outro, para prevalecer a sua especificidade.

No final da década de 1990, registram-se as mobilizações de lideranças das comunidades tradicionais de Barcarena para denunciar as violências praticadas pela CODEBAR e exigir que fossem suspensos os leilões de terras que ameaçavam de famílias. Em 2007, a CODEBAR lança uma nova ação de leiloar áreas e produzir o despejo das famílias retornadas do Burajuba, de Boa Vista/Cupuaçu, de São João e do sítio Conceição, por meio da ação política da Associação Rural Extrativista das Famílias Tradicionais da Comunidade de São Sebastião de Burajuba (AREFTRACOSSEB) e na oportunidade, acudiram ao Ministério Público que introduziu uma ação judicial para garantir os direitos das comunidades tradicionais.

Os quilombolas de Burajuba esboçam uma força política no município, por meio de sua associação uma “unidade de mobilização³²” que aglutina por laços de solidariedade grupos em situações sociais diferenciadas de Barcarena. Nas sucessivas ações de expulsão praticadas pela CODEBAR, a comunidade liderava as manifestações nas vias públicas enfrentava polícia, e associação conseguia aglutinar pessoas de outras comunidades para engrossar o movimento. Almeida (2013) afirma que a identidade coletiva mobiliza práticas diferenciadas e laços de solidariedade política, que se consolidam em oposição aberta a antagonistas históricos e recentes, avivando uma existência coletiva.

Eduardo Cravo, morador da comunidade quilombola de Burajuba, expõe este laço de solidariedade entre aqueles que sofrem pela exclusão do desenvolvimento município, e engrossam as mobilizações por suas territorialidades específicas.

O foco mesmo para começar toda essa revolução, vamos dizer assim, ela começou, o forte mesmo estava em Burajuba, mas como nós éramos

famílias tradicionais, e o número de pessoas não era tão grande para agente poder resistir, nos se aliamos com outras comunidades em torno, de áreas de ocupação e outras comunidades também remanescente³³.

São Sebastião do Burajuba buscou junto ao Ministério Público o reconhecimento de sua territorialidade. Alguns dispositivos jurídicos lhes foram favoráveis para a garantia da permanência no território, como foi a Ação Civil Pública pela qual obtiveram uma ordem judicial anulando todos os atos de alienação realizados pela CODEBAR³⁴, e reconhecimento de toda a área habitada como pertencente à Comunidade Tradicional de Burajuba, com base fundamentou-se no artigo 16 na Convenção 169 da OIT, conseguindo uma vitória parcial, a qual foi sentenciada em 2012. A reivindicação territorial da comunidade tradicional de Burajuba dizia respeito aos lotes 73, 79, 84, 91, 106, 098, 134³⁵.

A judicialização do conflito (ACEVEDO MARIN; ALMEIDA, 2012) é sucessivamente agravada, quando a Alunorte, em 2012, foi à Justiça Estadual em Barcarena para pedir a reintegração de posse, alegando que as famílias estariam invadindo parte das suas terras. O juiz João Lourenço Maia da Silva acatou o pedido da empresa e, em decisão liminar, determinou a reintegração³⁶. Com base nessa decisão foi organizada uma ação policial para proceder ao despejo, mas a comunidade conseguiu reagir a esta violência. Em 12 de março de 2013, o MPF solicita revogação de liminar que permite a Alunorte ocupar posse da comunidade de Burajuba e solicita que seja julgado pela Justiça Federal.

O campo jurídico acionou em Barcarena dispositivos jurídicos inspirados na pluralidade do direito. Shiraishi Neto (2010) faz uma reflexão sobre a “visibilidade” dos direitos de povos e comunidades tradicionais que sinaliza uma “nova sensibilidade jurídica” que vem se desenhando nas últimas décadas no Brasil. Desta feita, produz o reconhecimento jurídico dos grupos sociais portadores de identidades étnicas, entendida como uma nuance de “sensibilidade jurídica”.

Na contemporaneidade, os autoidentificados quilombolas indígenas, em Barcarena, conseguem calar aqueles que os classificaram de “invasores” e o

fazem por meio do resgate de sua identidade coletiva, assim impõem ao campo jurídico o reconhecimento do direito ao território e o respeito da pluralidade étnica e cultural.

Com a liquidação da CODEBAR³⁷ todo o seu patrimônio imobiliário foi transferido para a SPU³⁸, que procedeu a realizar, a partir de 2010, o cadastramento das “comunidades rurais extrativas de Barcarena”, com proposta da inserção no Programa de Regularização Fundiária. As relações entre as comunidades quilombolas indígenas com a SPU não foram satisfatórias, o Termo de Concessão de Uso (TAU) emitido pela instituição, não garante a propriedade coletiva da terra e não promove a sua reprodução social.

Os sítios São João Cupuaçu, São Lourenço e Conceição acionaram o MPF e a Universidade Federal do Pará buscando apoio para tramitar a Certidão de Autodefinição da Fundação Palmares. Com isto expressam demandas por uma política de reconhecimento e direitos étnicos e territoriais. Sandra Georgete Amorim, do sítio Conceição assim afirma:

Com a instalação das empresas aqui, no geral, em Barcarena toda não só na minha comunidade lá no sítio São João, mas, São Lourenço, aqui o Cupuaçu, Boa Vista, tudinho esses locais aqui, porque todos nós somos parentes, somos uma parentela. Antigamente, a mãe ali da 'bicht' quem conhece ela por esse nome, mamãe precisava dum açai e encomendava dos pais dela, sem a gente precisar mais ir pra Belém. Meu pai falava com alguns dos pais deles que eu não lembro muito bem quem era, o pai dela tinha barco, então era assim, a gente se ajudava. Hoje em dia, a situação que a gente vê Barcarena em geral é as empresas que chegaram tomaram de conta das terras e nós estamos aqui à mercê, então o que a gente quer, quer sim, ser reconhecido porque nós somos filhos de Barcarena, nós somos filhos daqui, do murucupi inteiro, esse distrito murucupi ta esquecido então o auto reconhecimento pra gente é importante sim porque eu quero que no futuro meus netos, meus bisnetos sei lá quem, venha a conhecer que existiu um povo em Barcarena, porque eu sei que se for feito esse estudo a fundo, vai buscar nossas raízes, vai mostrar que tem quilombola, que tem indígena aqui sim. Então é isso, doutora, que a gente quer que a senhora nos ajude a trazer essa certificação, uma documentação que a gente possa mostrar que nós fomos, nossos antepassados foram donos, e nós continuamos na terra lutando.

A certidão de autodefinição para os quilombolas indígenas representa o primeiro passo da possibilidade do reconhecimento e um instrumento que comprova que eles não são “invasores” e “favelados”. Na fala de Nivaldo da Silva Pinheiro, o termo reconhecimento é conjugado com direitos territoriais:

Eu sou do Cupuaçu, eu sei do pouco da história que meu pai contava, só que a história que ele contava era do pai dele. Então a gente não sabe a história dos outros ancestrais nossos, então através desses estudos nós viemos conhecer mais um pouco, a nossa família de antepassados, nosso avós, e também é um motivo da gente tá reconhecido, porque hoje em dia o que acontece, a gente somos atacados de várias formas por alguns órgãos, não só por eles, mas hoje em dia na terra que nós vivemos, somos atacados por invasores, pelo SPU que vai lá todo tempo ameaçando a gente. Então esse é um reconhecimento pra que a gente possa viver na nossa terra tranquila, que a gente possa cuidar e trabalhar na nossa terra. E assim dá um pouco de reconhecimento para os nossos filhos, contar um pouco da nossa história para eles.

O sítio Conceição encontra-se imprensado entre invasões e o bairro operário do Pioneiro, com a certidão busca resistir à urbanidade das fábricas, querem de *volta as suas raízes, esse documento irá dá um reforço muito grande, e assim a gente poder viver, não nas terras que a gente tinha [...] e a gente só quer viver em paz, nesse restante que ainda sobrou pra gente*³⁹. O documento de autodefinição pode frear as sucessivas expropriações que sofrem pela onda do progresso. Valter Santos expõe a situação de ameaça que a de São Lourenço enfrenta. “*A gente precisa que nossos direitos sejam respeitados, vamos ver como vão fazer pra gente não perder mais do perdeu até hoje*”⁴⁰.

Considerações finais

Barcarena não se constitui somente de fábricas e operários como os “gestores do progresso” pretendiam. De forma categórica representa um espaço de poder com forças políticas de agentes com práticas econômicas, sociais e culturais diferenciadas.

As resistências ao processo de usurpação de território e identidade foram percebidas nas vozes das comunidades tradicionais. Os quilombolas indígenas de Barcarena representam o outro lado do modelo de desenvolvimento, ao qual é insistentemente exigida a revisão de seus paradigmas.

Por via de suas mobilizações sociais, conseguem tornar legítima a sua luta diante dos demais adversários. Os seus conflitos são reais (COZER, 1961), e reconfiguram no espaço e no tempo, com diversidades de práticas, discursos e estratégias. Também usam os dispositivos com base na pluralidade jurídica para assegurar a territorialidade e garantir a reprodução social. Eles sabem sujeitos de direitos, não são sociedades sem poder e nem tão pouco apolíticas,

em seu campo relacional o poder se manifesta por meio de uma inovação social de projetos coletivos. Essa arte de resistência (SCOTT, 2004) oferece o dom de renovar e reconfigurar a sua luta identitária.

O progresso em Barcarena é atributo de política colonizadora do capital e da política desenvolvimentista. Significa os cânones de um progresso com base em degradação ambiental e injustiças sociais, mas que possui uma fundamentação ideológica que ainda remete a humanidade à busca do “paraíso”, da época medieval. O idealismo e o místico não garantem a sobrevivência material das sociedades e os agentes sociais mais fragilizados diante da imposição desta racionalidade do capital, percebem que este “paraíso” é inatingível para eles.

Os quilombolas indígenas percebem que este progresso representou expropriação, criminalização e que aciona dispositivos de poder e regras coercivas para se tornar hegemônico. Eles resistem mediante práticas culturais e sociais diversas daquelas que são “universalizadas” pelo Estado e o mercado.

A ambientalização dos conflitos que atinge e envolve as comunidades tradicionais em Barcarena está muito longe do seu fim. As instituições governamentais praticam ações favoráveis aos interesses da empresa em detrimento a esses grupos. Por essa razão, diversos crimes ambientais são impunes e os deslocamentos continuam. A cidade vive sempre a percepção de que um novo projeto virá, e as comunidades tradicionais serão expropriadas, deslocadas novamente. Este clima de instabilidade territorial amedronta as comunidades quilombolas indígenas, que precisam penetrar e se apropriar de direitos, forçar novas normas que lhe sejam favoráveis.

A situação fundiária no município é complexa, devido à presença de diversos agentes disputando e privatizando o território, a exemplo do complexo portuário que fará desaparecer Itupanema, e também pelas pressões mobiliárias ditadas pelo crescimento urbano. Fato mais agravante é a política de regularização fundiária adotada pela SPU que deixa as comunidades tradicionais vulneráveis e expostas às políticas de barganhas, notadamente no ano eleitoral de 2014. Outras intervenções governamentais produzem disputas e conflitos entre as comunidades tradicionais por conta do Programa Minha Casa

Minha Vida Rural, devido ao processo de cooptação política e dependência econômica de algumas lideranças.

Os quilombolas indígenas em Barcarena se reinventam e formulam práticas políticas. Aqui a ideia de invenção é associada à politização do sítio, como locus de vida social e cultural. Neste processo dinâmico de relações entre eles e com ou outros, o desafio é ter reconhecimento como comunidades diferenciadas, neste espaço relacional (SILVA, 2010) e produzir negociações e redes sociais para reforçar o seu capital social⁴¹ e cultural.

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa E. **Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Burajuba**. Elaborado por indicação do Ministério Público Federal, e apresentado a Fundação Cultural Palmares. Belém, outubro de 2013.

ACEVEDO MARIN, R. E.; ALMEIDA, A. W. B. Cadernos de Debates Nova Cartografia Social. **Quilombolas**: Reivindicações e Judicialização dos Conflitos. v. 1, n. 3, UEA Edições, 2012.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS, Emmanuel de Almeida Farias. **Nova Cartografia Social**: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Povos e Comunidades Tradicionais. Nova Cartografia Social. Manaus: UEA Edições. 2013

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: “terras tradicionalmente ocupadas”. 2. ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

_____. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006. 1 volume. p. 28.

ARENDDT, Hannah. **Da Violência**. Trad.: Maria Cláudia Drummond Trindade. Brasília: UNB, 1985.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Trad.: Jhon Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2000.

BOURDIEU, P. Espaço Social e espaço simbólico. In: Razões práticas – sobre a teoria da ação. Campinas: Ed. Papirus, 1996.

_____. Le capital social. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 31, janvier 1980.

COSER. Lewis A. **Las Funciones del Conflicto Social**. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1961.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso; ou progresso como ideologia**. São Paulo: UNESP, 2006.

LEITE LOPES, José Sergio (Coord.) ANTONAZ, Diana, PRADO, Rosane, SILVA, Gláudia (Orgs) **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém, 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Brasil; Universidade Paris 13, França, 2007.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; BASTOS, Ana Paula Vidal; LIMA, Marco Antonio. Formação de aglomerados empresariais e limitações à difusão Tecnológica: o caso do Distrito Industrial de Barcarena, Pará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, n. 2, abr./jun. 2008.

MOURA, Edila A. F.; MAIA, Maria L. S.; ABELÉM, Auriléa (Colaboração). **“A reorganização do espaço de trabalho e do Espaço Domestico das Famílias de Barcarena” Os efeitos do Projeto ALBRAS-ALUNORTE**. Belém. Relatório de pesquisa. UFPA. NAEA. CNPq. 1989.

NADER. Laura. **Harmonia coerciva**. A economia Política dos modelos Jurídicos. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_02.htm. Acesso em: 25 nov. 2013.

NASCIMENTO, Paulo. A. M. **Gestão Ambiental em Área de Risco No Município de Barcarena/Pará**. Ver ainda o Relatório IEC-SAMAM 001/2009, disponível em <http://www.justicanostrilhos.org/sites/default/files/Relat/Barcerena-Par%C3%A1.pdf>.

NISBET, Robert A. **História da Ideia de Progresso**. Trad.: Leopoldo José Collor Jobim. Brasília: UNB, 1980.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. “Novas” “sensibilidades” velhas decisões: notas sobre as transformações jurídicas recentes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP - DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E DIVERSIDADE, 6. Brasília, 2010. **Anais...** Brasília: UNB, 2010.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, jan./jul. 2011.

_____. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Discursos ocultos. Trad.: Jorge Aguilar Mora. México: Ediciones Era, 2004.

_____. Everyday forms of Peasant Resistance. **Journal of Peasant Studies**, v. 13, n. 2, 1986.

SILVA, Claudia Patrícia Puerta. El proyecto Del Cerrejón: um espacio relacional para los indígenas Wayuu, la empresa minera y el Estado colombiano. **Revista de Antropologia Universidad de Antioquia**, Medellín, v. 21, n. 41, p. 149-179, 2010.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Repercussão socioeconômica do complexo industrial ALBRAS/ALUNORTE em sua área de influência**. Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1991.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas**. Ação simbólica na sociedade humana. Trad.: Fabiano de Moraes. Niterói: UFF, 2008. p. 21.

¹ James Scott escreve que o termo infrapolítica “parece uma forma econômica de expressar la idea de que nos hallamos en un ámbito discreto de conflicto político” (SCOTT, 2004, p. 22).

² A crença alimenta certas formulações aparentemente teóricas, mas no fundo são estruturas de pensamento com fundamentações ideológicas, constituindo-se um campo de poder.

³ O Decreto Estadual nº 10.064, de 25 de abril de 1977, possibilitou a CDI realizar 406 desapropriações numa área de 40.000ha. O Decreto nº 88.064, de 26 de janeiro de 1983, possibilitou a CODEBAR a fazer 155 desapropriações em uma área de seis. 104 ha.

⁴ Arendt (1985, p. 21) considera o progresso uma superstição e uma mercadoria, e sua crença irracional encontrou uma aceitação universal por causa das ciências naturais, que na idade moderna se tornou ciência universal.

⁵ A respeito dessas mobilizações continuadas, Almeida (2008) as interpreta como “unidades de mobilização” referidas a “aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias, ou das ações por ele incentivadas ou empreendidas, tais como as chamadas obras de infraestrutura que requerem deslocamentos compulsórios” (ALMEIDA, 2008, p. 32. Nota 7).

⁶ Silva, interpreta a noção de Espaço relacional como um espaço social, político-jurídico e cultural que configura campos de representações, discursos e afirmações práticas de intermediação e de negociação. Para a autora, esse instrumento permite analisar as implicações do projeto El Cerrejón para a reprodução socioétnica dos Wayuu na Colômbia.

⁷ James Scott denomina como Arte de Resistência as formas e mecanismos de insubordinação ideológica dos dominados malayos, contida na resistência às forças coercivas das elites. Essa resistência é um disfarce presente nos discursos ocultos dos dominados, que se torna público quando é reconhecido coletivamente.

⁸ Os sítios eram uma realidade dominante no mundo rural de Barcarena; até 1970 cerca de mais de 80% da população vivia em propriedades rurais nas margens dos rios, furos, igarapés e ilhas do município. Segundo os dados do IBGE, em 1950 a população rural era em torno de 12.930 habitantes, enquanto a população urbana era de 246 habitantes. Segundo os estudos do Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará–IDESP (1991) até a década de 1970, a agropecuária, o extrativismo vegetal e a pesca ainda absorviam 80% da população de Barcarena.

⁹ Termo usado por Sandra Georgete dos Santos Amorim, quando se refere aos vários representantes de comunidades quilombolas indígenas, na reunião de 31 de maio de 2014.

¹⁰ Criada em 1976 para atender as demandas de áreas aos projetos industriais instalados no Pará.

¹¹ Criada pelo Decreto Nº 84.021, de 24 de setembro de 1979.

¹² Entrevista feita pela Professora Rosa Acevedo, em maio de 2013.

-
- ¹³ Matriarca da família Santos Amorim, do sítio São João. Entrevista em 14 de junho de 2014.
- ¹⁴ Entrevista cedida em 14 de setembro de 2013.
- ¹⁵ Em suas memórias afirmam que as máquinas como tratores representava a violência da expropriação, em várias entrevistas expuseram o temor que os moradores os sítios tinham dos tratadores da CODEBAR,
- ¹⁶ Entrevista cedida em 14 de junho de 2014.
- ¹⁷ Não eram titulados por escritura pública, mas por documento de compra e venda assinado pela CODEBAR.
- ¹⁸ Em entrevista de 31 de maio de 2014.
- ¹⁹ Entrevista realizada em 26.03.1987, feita pelas Prof^a Dr^a Edila Moura e Prof^a Dr^a Maria Lucia Maia, no trabalho de campo para a elaboração do Projeto “A reorganização do Espaço de trabalho e do espaço doméstico das Famílias de Barcarena”: os efeitos do projeto Albrás-Alunorte. UFPA-NAEA/CNPq, 1989.
- ²⁰ LEITE LOPES, José Sergio (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláudia (Orgs). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle publico da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ²¹ Ver: <http://envolverde.com.br/sociedade/dialogo-abre-caminho-para-reduzir-danos-socioambientais-em-barcarena/>.
- ²² Ver http://www.ambienteja.com.br/ver_cliente.asp?id=147452.
- ²³ Maria do Socorro Pinheiro, quilombola indígena do sítio Cupuaçu, em entrevista de 19 de junho de 2014.
- ²⁴ Em entrevista pelo rio Murucupi em 19 de junho de 2014
- ²⁵ Entrevista em 09 de agosto de 2014.
- ²⁶ O bairro Laranjal foi criado no início de 1981 para absorver as populações locais que foram expropriadas e aqueles que foram atraídos pela promessa de progresso do município.
- ²⁷ Entrevista de 28 de junho de 2014.
- ²⁸ Entrevista de 12 de julho de 2014.
- ²⁹ Expressão usada por Ronaldo da Silva Cravo, do Sítio Conceição em entrevista de 14.07.2014. Possui quatro Carteiras de Trabalho, e possuiu 32 empregos temporários em 30 anos.
- ³⁰ Em entrevista realizada em 31 de maio de 2014.
- ³¹ Termo usado pela Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin, no Relatório Antropológico da Comunidade de Burajuba, outubro de 2013.
- ³² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS, Emmanuel de Almeida Farias. **Nova Cartografia Social**: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Povos e Comunidades Tradicionais. Nova Cartografia Social. Manaus: UEA Edições, 2013.
- ³³ Entrevista realizada em 07 de fevereiro de 2014.
- ³⁴ Ver: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2008/noticias/justica-obriga-codebar-tera-que-suspender-a-venda-de-terras-em-barcarena>.
- ³⁵ Conforme explicitado no Mandado de Segurança com Pedido de Liminar (MPF), “as quadras 78; 84; 91; 106; 098 e 134 estão situadas no polígono da Comunidade de Burajuba”.

³⁶ A Alumina do Norte do Brasil S.A. entrou com Ação de Reintegração de Posse na 2ª Vara Cível de Barcarena (Processo nº. 0001321-66.2011.8.14.0008).

³⁷ Decreto nº 6.182, de 03 de agosto de 2007.

³⁸ Ver: <http://www.diariodopara.com.br/impressao.php?idnot=92760>.

³⁹ Voz de José Roberto Silva Cravo, em reunião de 31 de maio de 2014.

⁴⁰ Em reunião de 31 de maio de 2014.

⁴¹ O capital social é o conjunto de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede resistente de mais ou menos convivência institucionalizada e inter-reconhecimento, de um grupo ou como um conjunto de agentes, que não só têm propriedades comuns, mas são também unidos por ligações permanentes e úteis. Le capital social. In: Actes de la recherche en sciences sociales. v. 31, p. 2-3, jan. 1980.